

NECESIDADES FORMATIVAS DE LOS TRABAJADORES SOCIALES PORTUGUESES EN TIEMPOS DE AUSTERIDAD

Nélson Ramalho

Doutorando em Serviço Social. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia. ISCTE-IUL

Vanda Ramalho

Doutoranda em Serviço Social. Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. ULL-ISSS

Helena Teles

Doutoranda em Ciências Sociais, especialidade Serviço Social. Centro de Administração e Políticas Públicas. ISCSP

Resumo

Nos últimos anos, Portugal atravessou um período de austeridade. Porém, as políticas de bem-estar não conseguiram dar respostas eficazes, com efeitos ao nível do aumento da pobreza e exclusão social. Os/As assistentes sociais, confrontados/as com novos e complexos problemas, manifestaram dificuldades em dinamizar soluções. Deste modo, propusemos a compreender as necessidades de formação que estes/as profissionais apresentavam no contexto de crise económica e social. Para tal, aplicou-se um inquérito por questionário on-line aos/às assistentes sociais portugueses/as, tendo-se obtido 896 respostas válidas. As suas necessidades formativas concentraram-se na supervisão, nos conteúdos funcionais e deontologia, na intervenção familiar, na intervenção em crise e na ação social, sem descuidar o desejo de reforço das competências em áreas inovadoras, como as línguas e a gestão de projetos e organizações. Apresentaram como motivações o aperfeiçoamento, o conhecimento das práticas inovadoras e preocupações científicas, revelando, assim, a urgência em darem respostas aos desafios da austeridade, através da procura de capacitação para uma práxis crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Serviço Social, Formação Profissional, Austeridade.

Resumen

Durante los últimos años, Portugal pasó por un período de austeridad. Sin embargo, la política de bienestar no proporcionó respuestas eficaces, con efectos en el aumento de la pobreza y exclusión social. Los trabajadores sociales, enfrentados a nuevos y complejos problemas, expresaron dificultades en presentar soluciones. Así, se nos dispusimos a entender

las necesidades formativas de éstos profesionales, en contexto de crisis socioeconómica. Para ello, se aplicó un cuestionario en línea para los trabajadores sociales portugueses y se han obtenido 896 respuestas válidas. Sus necesidades se centran en supervisión, contenidos funcionales, ética, intervención familiar y en crisis y acción social, sin olvidar las áreas innovadoras, la gestión de proyectos y organizaciones e los idiomas. Las motivaciones son el desarrollo profesional, el conocimiento de la innovación profesional y las preocupaciones científicas, lo que revela la urgencia de responder a los retos de la austeridad mediante la capacitación para una práctica crítica y reflexiva.

Palabras clave: Trabajo Social, Formación Profesional, Austeridad.

Abstract

During the last years, Portugal went through a period of austerity. However, welfare policy failed to provide effective responses, with effects on the increase of poverty and social exclusion. Social workers, faced with new and complex problems, expressed difficulties in boosting solutions. Thereby, we proposed to understand the training needs of these professionals, in the context of economic and social crisis. To do this, it was applied an online questionnaire to the Portuguese social workers and were obtained 896 valid responses. Their training needs are focused on supervision, functional and ethics contents, family and crisis intervention and social action, without neglecting the skills' strengthening in innovative areas, projects and organizations management and languages. The social workers motivations are professional development, scientific concerns and the knowledge of innovative practices, revealing thus the urgency to respond to the challenges posed by austerity, by the development of skills for a critical and reflective practice.

Keywords: Social Work, Professional Training, Austerity.

1. Introdução

Sabe-se que o Estado de bem-estar, ligado aos princípios de igualdade e justiça social, surgiu na intenção de assegurar a proteção social aos/às cidadãos/ãs, efetivada por meio de um conjunto de medidas (económicas, de saúde, educação, emprego, habitação, etc.) que criaram a "base de sustentação funcional-ocupacional" do serviço social (Montaño, 1997). Em Portugal, a consolidação da profissão também ocorreu aquando da assunção das responsabilidades sociais por parte do Estado, no período da implementação do regime democrático e da institucionalização das ciências sociais (Carvalho & Pinto, 2015).

Todavia, durante os últimos anos, a crise de liquidez registada nos mercados financeiros europeus afetou os bancos portugueses que, segundo Pedroso (2014, p. 4) "apresentavam altos níveis de dívida externa", tendo surgido novos problemas económicos, financeiros e, conseqüentemente, sociais. A fim de lhes conseguir dar resposta os/as assistentes sociais foram desafiados/as a repensar as suas práticas, uma vez que a sua "base de sustentação" foi desestabilizada pelas medidas de austeridade impostas por um "Memorando de Enten-

dimento” aquando da chegada da *Troika*¹ a Portugal, em Maio de 2011. Estas medidas criaram recessão, com impactos sobre a economia e as condições de vida dos/as cidadãos/ãs (Pedroso, 2014). O mercado de trabalho foi gravemente afetado. Em resultado dos despedimentos e do encerramento de empresas² observou-se uma redução do número dos postos de trabalho e um aumento do desemprego estrutural³. Embora a crise tenha atingido todos os segmentos da força de trabalho, o maior impacto foi sentido pelos/as trabalhadores/as temporários/as e por conta própria ou “trabalhadores/as precários/as”, tendo sido registada uma queda da força de trabalho de 13,8% para os/as primeiros/as, e 20% para os/as segundos/as, em comparação com uma queda de 9,8% na força de trabalho permanente (Pedroso, 2014, p. 12; INE, 2013). Muitos dos/as trabalhadores/as que mantinham um vínculo laboral permanente confrontaram-se com o corte e/ou congelamento de salários, o que resultou na diminuição do poder de compra e no aumento do sentimento de insegurança laboral. O desemprego de longa duração (>12 meses) atingiu os 62,1%, face a 49,8% em 2008 (Eurostat, 2013), pelo que os/as desempregados/as apresentavam maior dificuldade em voltar a encontrar emprego. A maioria das ofertas de emprego disponíveis eram precárias e com salários baixos, sendo os/as jovens o principal grupo social atingido. Uma vez que o rendimento médio da população diminuiu e, estando os indicadores de vulnerabilidade da pobreza relacionados com distribuição de renda, a recessão económica veio agravar a taxa de risco de pobreza, em especial, em segmentos mais vulneráveis⁴. Entre 2011 e 2013, mais de 350 mil pessoas optaram por sair de Portugal em busca de melhores condições de trabalho (INE, 2013).

As medidas de política social e bem-estar foram, neste período, alvo de cortes com efeitos ao nível do empobrecimento, da precarização e da exclusão social. Veja-se, pois, que as modificações efetuadas nos regimes de proteção social no desemprego⁵ dificultaram o acesso às suas prestações. Numa altura em que o desemprego aumentou, houve uma redução da percentagem de desempregados/as registados/as nos centros de emprego a receberem prestações, passando de 78,6% em 2009, para 58,2% em 2013 (PORDATA, 2013). E no que respeita à prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI)⁶ a situação foi semelhante. A revisão das condições de elegibilidade limitaram o acesso e excluíram beneficiários/as desta medida destinada a combater a pobreza e exclusão social⁷. Em resultado da redução das respostas públicas no âmbito da proteção social⁸ assistiu-se, assim, a uma erosão dos direitos sociais. Indivíduos e famílias foram diretamente afetadas, com repercussões no in-

1 Designação dada à equipa constituída pelos/as responsáveis da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional.

2 Registrou-se um aumento do número de encerramento de empresas (extinções), passando de 14.192 em 2010, para 18.122 em 2012 (Fonte: Análise Informa D&B).

3 As situações de desemprego fizeram emergir 428 mil novos/as desempregados/as entre 2008 e 2013, passando de, aproximadamente, 427 mil desempregados/as em 2008, para 855 mil em 2013, tendo a taxa de desemprego crescido de 7,6% para 16,2%. Entre os/as jovens com menos de 25 anos a taxa de desemprego disparou de 16,7% em 2008, para 38,1% em 2013 (Fonte: INE).

4 Os dados do inquérito às condições de vida e rendimento realizado pelo INE demonstram que, em 2013, 19,5% da população encontrava-se em risco de pobreza, quando, em 2010, esse valor era de 18,1%. Embora esse agravamento tivesse ocorrido em todos os grupos sociais, atingiu sobretudo as crianças (passando de 22,3%, em 2010, para 25,6%, em 2013), as mulheres (20% de risco de pobreza face a 18,9% para os homens), a população ativa (passando de 16,2%, em 2010, para 19,1%, em 2013) e os/as idosos/as (passando de 10,2% em 2010, para 15,1% em 2013). Destaca-se, ainda, que o risco de pobreza em situação de desemprego aumentou de 36%, em 2010, para 40,5% em 2013.

5 Aquelas que tiveram um maior impacto estavam relacionadas com o endurecimento das condições de acesso ao subsídio social de desemprego; a redução do prazo de garantia para 12 meses em contrapartida da diminuição do prazo máximo de atribuição do subsídio de desemprego para 18 meses; o corte de 10% do valor do subsídio de desemprego após 180 dias de atribuição; e a limitação do valor máximo do subsídio de desemprego a 2,5 IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

6 Medida introduzida no sistema de proteção social, desde 1996, que visa assegurar aos indivíduos e famílias em situação de pobreza e exclusão social um valor pecuniário com o objetivo de garantir a sua subsistência.

7 Dos/as 526.382 beneficiários/as existentes em 2010, registou-se um decréscimo acentuado para 360.372 em 2013 (Fonte: PORDATA).

8 Além das já apresentadas, outras medidas disseram respeito à redução dos valores das pensões de reforma, subsídios de doença, de morte, de funeral e indemnizações por despedimento; ao fim das reformas antecipadas aos 55 anos; à redução na comparticipação no transporte dos doentes e exames médicos convencionados; ao aumento das taxas moderadoras e dos transportes públicos, entre outras (cf. Tomás e Lima, 2012).

cumprimento das despesas, no endividamento⁹ e no acesso a bens e serviços. Esta conjuntura produziu novas desigualdades sociais e novas formas de pobreza e exclusão social. Por isso, os principais públicos de intervenção dos assistentes sociais que, outrora, faziam parte grupos de pessoas eminentemente vulneráveis, alteraram-se e estes/as profissionais viram-se confrontados/as com uma classe de “novos pobres”: com formação média e superior e percurso socioprofissional estável, mas que, por motivos de desvinculação laboral e perda de recursos foram obrigadas a recorrer aos serviços sociais (Fernandes, Flambó, Matos, Melo & Reis, 2012).

No que se refere à atuação governamental observou-se, por um lado, um enfraquecimento das funções do Estado (Carvalho & Pinto, 2015, p. 86), passando parte da proteção social para os organismos da sociedade civil (cf. Presidência do Conselho de Ministros, 2011, p. 88). Todavia, como identificado por Mouro (2009, p. 325) o “sector social privado, embora existindo e dando o seu contributo, não passou a oferecer as mesmas vantagens”. Por outro lado, a política social tornou-se focalizada e dirigida para as populações mais pobres e dependentes em termos socioeconómicos. E a resposta às situações de carência fez ressurgir práticas caritativas e assistencialistas, das quais o alargamento da “Rede Solidária de Cantinas Sociais” no território nacional é exemplo¹⁰.

As reformas das políticas públicas provenientes da aplicação das medidas de austeridade, especialmente as que incidiram no campo das políticas sociais, contribuíram para uma gradual “desprofissionalização” do serviço social (Amaro, 2009; Dominelli, 2004; Iamamoto, 1996), alterando não só os valores clássicos da sustentação funcional-ocupacional da profissão, como também os domínios de intervenção, as competências e as funções profissionais, muitas delas, agora controladas por legislação própria, protocolos e procedimentos de atuação, promovendo práticas fiscalizadoras, burocráticas e tecnicistas, pautadas pela gestão da eficiência e eficácia, em detrimento das práticas relacionais e humanitárias (Amaro, 2009; Carvalho, 2010; Dominelli, 2004; Iamamoto, 1996; Mouro, 2009; Noble, 2004). Por isso, Bento (2012, p. 22) afirma que este tipo de abordagem está, pois, a “distanciar o serviço social da sua componente de facilitador de acesso aos direitos sociais e a criar condições para valorizar o cunho assistencial”.

Face às transformações no campo de intervenção dos/as assistentes sociais e às novas dinâmicas societárias com as quais se vêm, hoje, confrontados/as, Ramalho (2012) acredita que, se torna imperativo que estes/as profissionais se apropriem de conhecimentos técnico-científico especializados, a fim de se capacitarem “na dinamização de soluções – também elas cada vez mais complexas – e a responder, eficazmente, às problemáticas emergentes” (p. 364). Foi, precisamente, por se reconhecer que uma adequada qualificação profissional, baseada em referenciais teórico-analíticos, se revelava necessária para os/as assistentes sociais conseguirem dar resposta às exigências atuais e vindouras, que nos propusemos a compreender as necessidades de formação dos/as assistentes sociais em Portugal, em pleno contexto de crise económica e social.

.....
 9 Segundo dados do Banco de Portugal, passou-se de uma taxa de incumprimento dos empréstimos concedidos por instituições bancárias a particulares de 2,9% em 2009, para 4,5% em 2013.

10 Estas cantinas tinham a pretensão de disponibilizar refeições gratuitas aos agregados familiares em dificuldades, para consumo no domicílio ou em espaço próprio, e dar resposta a quem não conseguia ter para si, ou para o seu agregado, duas refeições diárias. Conforme disponibilizado na página do Governo de Portugal, em 2012, existiam apenas 62 cantinas sociais no território nacional, havendo intenção de o governo instituir, até ao final da legislatura, uma rede nacional de 950 cantinas. Além desta resposta, existia também o Banco Alimentar Contra a Fome que apoiava uma variedade de instituições sociais. Os dados disponibilizados pelo Banco Alimentar referem um aumento do número de pessoas apoiadas, passando de 272.025 em 2009, para 389.223 em 2012.

2. Método

Instrumento

Em colaboração com a Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) tomou-se a iniciativa de realizar um diagnóstico de necessidades de formação exclusivo para assistentes sociais, residentes em Portugal, com acesso à internet, tendo em vista a realização de um plano de formação, que fosse adequado às necessidades formativas dos/as profissionais. Para tal, elaborou-se um inquérito por questionário estruturado em quatro grandes áreas, a designar: 1) fundamentos profissionais de serviço social; 2) intervenção social; 3) gestão de projetos e de organizações; 4) línguas estrangeiras e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Procedimento

O inquérito foi realizado através da plataforma do *Google Docs* e disponibilizado *on-line* durante um período de, aproximadamente, um mês, com início a 06 de Junho e término a 10 de Julho de 2013. A divulgação do mesmo foi efetuada através de diferentes páginas da rede social *facebook* com relevância no âmbito social¹¹, e do envio de *e-mails* ao conjunto dos 4.707 endereços eletrónicos que se encontravam nas bases de dados dos/as associados/as e não associados/as da APSS. No total foram obtidas 982 respostas, tendo sido excluídas 86 dado que estas não pertenciam ao universo em análise, respeitante unicamente a licenciados/as em serviço social, a residirem em Portugal. Assim, no estudo contabilizaram-se 896 respostas válidas, número esse que superou as expectativas iniciais.

O tamanho da amostra foi obtido através da fórmula para populações finitas e variável qualitativa. De acordo com Sarmento (2008, p. 25), para calcular a dimensão adequada da amostra (n) de uma população finita, quando se pretende estimar uma proporção da população (p), utiliza-se a fórmula referente a uma amostra aleatória simples¹² e que garante um nível de confiança λ e um nível de precisão D . A dimensão da amostra foi calculada assumindo $N=14.875$ que reflete o número global de licenciados/as em serviço social, em Portugal (Branco, 2009)¹³. Tendo em consideração que não se conhece *a priori* uma estimativa para a proporção (p), da variável escolhida (tipo de formação adequada às necessidades profissionais) que pode assumir todos os valores no intervalo $[0,1]$, optou-se por considerar a hipótese mais pessimista, ou seja, $p=0,5$ e $q=0,50$. Neste caso a função $[p \times (1-p)]$ assume o valor máximo 0,25 na hipótese, também mais pessimista, ou seja, quando a dispersão é máxima. Quanto ao nível de confiança pretende-se que seja $\lambda=95\%$ e o nível de precisão $D=\pm 5\%$. Assim para este nível de confiança a distribuição normal apresenta o valor $Z_{\alpha/2}=1,96$, pelo

.....
11 Nomeadamente na página da APSS mas também em grupos considerados de relevo para o estudo em questão, tais como os grupos "Assistentes Sociais", "Assistentes Sociais e Estudantes", "Espaço do Assistente Social", "Nós, Assistentes", "Movimento Assistentes Sociais pela Ordem", "Ofertas em Serviço Social", "Núcleo de Estudantes de Serviço Social (ISCTE)", "O Grupo do Serviço Social", "Serviço Social 1999/2004 – Universidade Católica Portuguesa", "Serviço Social & Subjetividade", "Política Social", "Licenciatura em Serviço Social da Universidade Lusófona do Porto", "NSS - Núcleo de Serviço Social (ISCSP)", "Assistentes Sociais Universidade Aberta" entre outros.

12 Fórmula de Cálculo da Amostra

$$n = \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \times p \times (1-p) \times N}{D^2 \times (N-1) + (Z_{\alpha/2})^2 \times p \times (1-p)}$$

13 Embora os dados sejam apenas uma estimativa realizada no ano de 2009, estes eram, até ao momento, os únicos dados existentes a nível nacional.

que a amostra deverá ter a dimensão de $n=577$. Visto que o nível de respostas foi acima da dimensão exigida estatisticamente, importa referir que, assumindo as premissas anteriormente indicadas ($n=14.875$; $p=0,50$; $q=0,50$; $\sigma^2=1,96$) calculou-se o nível de precisão, cuja margem de erro é de aproximadamente 3% (nível de precisão $D=\pm 3\%$).

Os dados apresentados neste artigo foram analisados através do Software *Statistical Product and Service Solutions* (SPSS), tendo como variáveis base o género, a idade, as habilitações académicas, a situação profissional e as áreas de intervenção dos profissionais.

Participantes

Da totalidade dos/as participantes, 90,7% eram do sexo feminino e 9,3% do sexo masculino, com idades entre os 20 anos e os 66 anos. A maioria (77,9%) era constituída por uma população jovem, entre os 20 e 39 anos. No que concerne ao grau de habilitações académicas, 85,5% dos/as assistentes sociais tinham uma licenciatura, 12,9% um mestrado e 1% doutoramento. Apenas um valor residual era detentor de pós-doutoramento. Salienta-se que todos/as os/as licenciados/as eram da área científica do serviço social, desconhecendo-se, no entanto, o âmbito da área académica de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. Quanto à localização geográfica¹⁴ a maior parte dos/as inquiridos/as (50,1%) pertenciam à zona Centro e 23,1% ao Norte de Portugal, sendo que os/as restantes 26,8% residiam na zona Sul, e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Quanto à situação profissional dos/as inquiridos/as, a maioria (77,2%) encontrava-se empregada e 72,2% desempenhavam funções por conta de outrem. No que se refere às principais áreas de intervenção profissional observou-se que 46% exerciam funções no domínio da ação social e 22,2% no da saúde. A educação (10,2%) era, também um domínio importante de atuação dos/as assistentes sociais. A área de intervenção menos significativa (1,3%) era a habitação social.

3. Resultados

Fundamentos Profissionais do Serviço Social

As preferências e necessidades formativas demonstradas pelos/as inquiridos/as distribuíram-se, de forma muito equilibrada, por quatro subáreas: a “supervisão”, priorizada por 80,9% dos/as assistentes sociais, seguida das temáticas relacionadas com os “conteúdos funcionais” da profissão (79,9%) e, em *exaequo*, com (71,9%) de profissionais a manifestarem interesse em formações sobre “direitos humanos/justiça social” e “ética/deontologia profissional”. Sublinha-se, que estas áreas são basilares da profissão, pelo que se acredita que o seu domínio deveria estar consolidado com a aquisição do grau de licenciatura, o que faz sugerir que num cenário de crise, de “desprofissionalização” e distanciamento do papel de facilitador dos direitos sociais (Bento, 2012), os/as assistentes sociais sentem necessidade de reafirmar o seu projeto ético-político e a sua missão profissional, uma vez que os fundamentos e valores profissionais parecem postos em causa.

.....
14 As opções de resposta foram baseadas na divisão territorial das delegações da APSS no território nacional. Das delegações da APSS fazem parte as delegações Norte, Centro, Algarve, Madeira e Açores. Pela inexistência de uma delegação da APSS na região de Lisboa e Vale do Tejo, considerou-se esta grande área como pertencente à delegação Centro. Quanto à delegação Algarve, optou-se pela denominação “Sul” por abarcar as respostas provenientes da região não só do Algarve como, também, do Alentejo.

Tradicionalmente, a supervisão está relacionada com a gestão e acompanhamento da intervenção e com o seu cruzamento com o sistema de bem-estar, fazendo parte da formação contínua, tendo em vista o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, “onde a dimensão ‘colaborativa, autorreflexiva e autoformativa’ ganhou relevância para o conhecimento e para a melhoria da atividade profissional” (Carvalho, 2012, p. 77). Os/As assistentes sociais inquiridos/as parecem, assim, valorizar a aptidão profissional para produzir conhecimento e formas inovadoras de intervenção, face às transformações da realidade social. Tentam procurar a reconfiguração dos conteúdos funcionais e a consolidação dos valores e da ética profissional, para fazer face ao crescente estrangulamento do Estado Social. Estas preferências formativas podem, também, ser indicador de situações de eventual *burnout*, *stress* laboral ou de excesso de trabalho provocadas pela agudização dos problemas sociais e pelo aumento do número de casos, revelando a necessidade de suporte no acompanhamento das novas situações, cada vez mais complexas, com que se deparam.

Intervenção Social

Na área de “intervenção social” foram apresentados aos/às inquiridos/as diferentes subáreas que correspondiam a um contínuo entre práticas mais tradicionais e práticas mais recente ou inovadoras na formação e intervenção dos/as assistentes sociais.

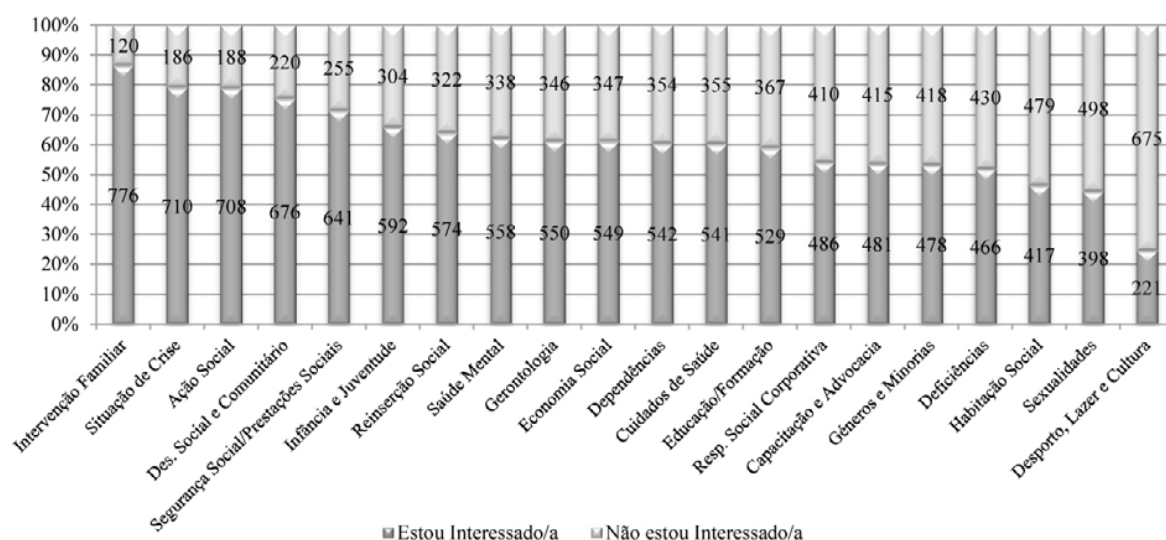


Figura 1: Intervenção Social

Os dados apresentados na figura 1, revelam que cerca de 80% destes profissionais demonstraram expressivo interesse pelas áreas da “intervenção familiar”, “situação de crise” e “ação social” que correspondem, precisamente, a práticas mais comuns e ‘tradicionais’ no campo da intervenção profissional. Estas são áreas de intervenção que se encontram relacionadas com o agravamento das questões sociais com o qual os/as assistentes sociais tiveram de se confrontar, e sobre as quais procuraram atualizar-se para dar resposta a populações, usualmente, não afetadas por estes problemas sociais (Fernandes, Flambó, Matos,

Melo & Reis, 2012).

Cerca de 65% a 75% dos interesses surgem no âmbito do “desenvolvimento social e comunitário”, na “segurança social/prestações sociais” e na “infância e juventude”. Entre 50% e 65% ficam registados interesses médios, em áreas que vão da “reinserção social” às “deficiências”. Também estas preferências vão ao encontro do cenário de cortes nas prestações sociais, de redução das respostas públicas no âmbito da proteção social e do aumento do risco de pobreza para determinados grupos populacionais (Carvalho & Pinto, 2015). Assim, é natural que os/as assistentes sociais considerem relevante melhorar as suas competências nas áreas indicadas, numa tentativa de compensar, em parte, a alteração e a diminuição das funções sociais do Estado e dar resposta a populações em situação de maior vulnerabilidade social.

As áreas com menos de 50% de interesse foram a “habitação social”, as “sexualidades” e o “desporto, lazer e cultura”. Estas últimas correspondem a temáticas menos comuns, no que concerne às áreas de desempenho profissional e, por tal, estas preferências revelam novas tendências críticas e reflexivas a ter em conta nos processos de “reprofissionalização” e adaptação do serviço social às condições da sociedade contemporânea (Dominelli, 2004; Healy, 2001; lamamoto, 1996; Lorenz, 2005; Midgley, 2001; Mouro, 2009; Webb, 2003).

Gestão de Projetos e de Organizações

Nesta área optou-se pela agregação de subáreas consideradas comuns às funções e papéis profissionais nos diferentes campos de intervenção dos/as assistentes sociais, no âmbito do desenvolvimento e gestão de projetos e organizações sociais.

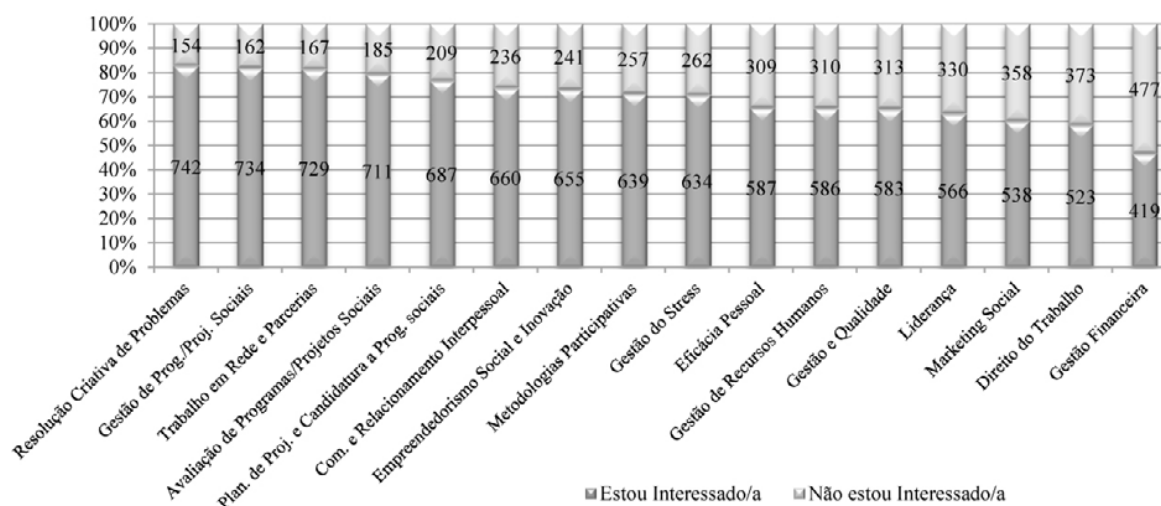


Figura 2: Gestão de Projetos e Organizações

Ao observarmos a figura 2 verificamos que mais de 80% dos/as inquiridos/as demonstraram interesse pelas áreas da “resolução criativa de problemas” (82,8%), da “gestão de programas/projetos sociais” (81,8%) e do “trabalho em rede e parceria” (79%). Entre 65% a 80% dos/

as respondentes revelaram interesse por formações relacionadas com a “gestão de projetos e organizações”. Destaca-se o bloco temático correspondente ao ciclo de vida dos programas e projetos sociais (e.g. “planeamento, gestão e avaliação”), inerente a qualquer processo de gestão e, geralmente, associado ao papel dos/as assistentes sociais que desempenham funções no âmbito de organizações de economia social. Para além do interesse na melhoria das competências ao nível dos processos tecnocráticos ligados à prática profissional, os/as inquiridos/as relevaram a necessidade de obter formação ligada a estratégias participativas (e.g. “trabalho em rede e parceria”; “comunicação e relacionamento interpessoal”; “metodologias participativas”) a par do interesse no aprofundamento de práticas criativas (e.g. “resolução criativa de problemas”; “empreendedorismo social e inovação”; “gestão do stress”; “eficácia pessoal”) tendo, mesmo, colocado a “resolução criativa de problemas” em primeiro lugar.

Ora, tendo os governos que gerem programas de austeridade menos autonomia para definir as políticas económicas e sociais e, por tal, menor capacidade de defender os direitos sociais, deu-se um “ressurgimento das instituições de carácter comunitário que têm vindo a promover e garantir o apoio aos cidadãos mais vulneráveis, desde a imposição das medidas de austeridade” (Duarte, 2015, p. 34). Contudo, em função dos cortes nos programas sociais a intervenção preconizada por estas organizações corre o risco de ser, progressivamente, mais caritativa (Mouro, 2009; Duarte, 2015). Assim, as preferências formativas dos assistentes sociais parecem mostrar a preocupação em melhorar as suas competências, no que concerne à gestão de projetos e organizações, dado que as suas funções se encontram pressionadas por processos tecno-burocráticos, no âmbito dos programas e projetos que têm de gerir e executar. Estes resultados poderão indicar a necessidade de colmatar lacunas interventivas, no que diz respeito a estratégias criativas e participativas, face a um contexto político-institucional, regulador e condicionador de um melhor desempenho profissional. Para além disso, os profissionais parecem, ainda, sentir necessidade de assumir um papel mais ativo, no sector da economia social, como promotores de processos participativos e colaborativos, que promovam a capacitação, a cidadania e os direitos sociais.

Dado que a grande maioria dos/as assistentes sociais se encontra numa situação de trabalho por conta de outrem, apresentam menor interesse em temáticas como a “liderança” (63,2%), o “marketing social” (60%), o “direito do trabalho” (58,4%) e a “gestão financeira” (46,8%), mais dirigidas a profissionais que assumem a responsabilidade de chefia na gestão organizacional. Contudo, mesmo nestas temáticas a necessidade de formação encontrava-se presente em cerca de 48% a 63% da amostra, o que, por si só, demonstra uma necessidade global de formação em todas as áreas ligadas à gestão de projetos e organizações.

Línguas Estrangeiras e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

No que respeita à área das “línguas estrangeiras e TIC” denota-se, pela observação da figura 3, que o interesse dos/as inquiridos/as recaiu nas ações de formação em línguas e técnicas de apresentação em detrimento das TIC. Este facto poderá ser explicado pela familiaridade com que os/as assistentes sociais, em plena era tecnológica, apresentam face a este recurso e, por tal, não sentem tantas necessidades de formação a este nível. Todavia, a formação ao nível da língua inglesa (61,4%) e espanhola (53,2%) revelaram ser uma necessidade, isto porque, em alguns domínios de atuação do serviço social, os/as profissionais fo-

ram confrontados com o desenvolvimento de ações que visavam dar resposta a problemas sociais que deixaram de estar territorializados num campo geográfico específico (como é o caso das populações migrantes e refugiadas, do tráfico de seres humanos e do trabalho sexual), ou a projetos e parcerias de dimensão internacional, revelando, ainda, a necessidade de melhorar a capacidade de protagonismo dos/as assistentes sociais na luta global pelos direitos e pela justiça social.

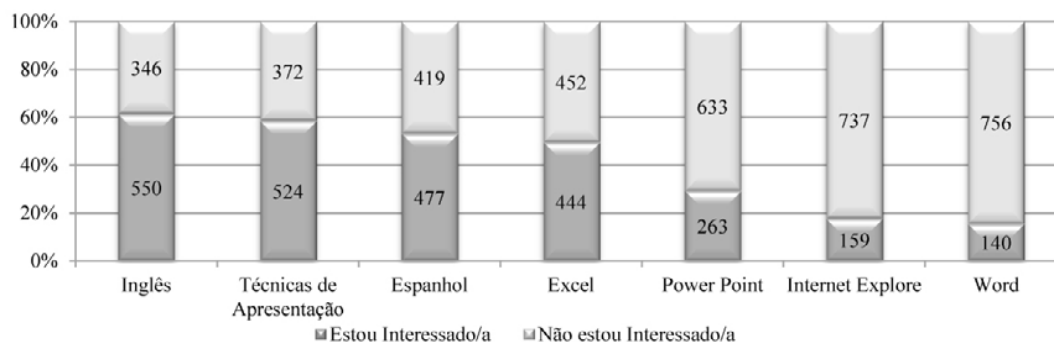


Figura 3: Línguas Estrangeiras e Tecnologias de Informação e Comunicação

4. Considerações Finais

As medidas adotadas nos países do Sul para dar resposta à crise económica e social que a Europa atravessa, têm tido impacto na vida dos/as cidadãos/ãs, no enfraquecimento do Estado Social e no assegurar dos direitos sociais. O serviço social na qualidade de ciência social aplicada reveste-se de uma componente interventiva sobre os fenómenos sociais e apresenta um projeto ético-político próprio, atualmente, em tensão com as transformações sociais e nos sistemas de bem-estar, em consequência da aplicação de programas austeridade. Confrontado com novos públicos e com a agudização da questão social enfrenta, também, um processo de “desprofissionalização” e preocupa-se em requalificar a sua praxis, para dar resposta aos desafios contemporâneos.

Neste cenário verifica-se, por parte dos/as assistentes sociais portuguesas, uma perspetiva resiliente, crítica e reflexiva na procura de novas soluções. Tendo em conta que o serviço social é caracterizado por ser plural na perspetiva teórica que adota na análise social e cumulativa na construção do seu objeto de ação, compreende-se a existência de diversas preferências e necessidades formativas por parte dos/as inquiridos, tendo em vista a resolução ou a minimização das falhas de institucionalização das relações sociais e de cidadania, que se agravam em tempos de crise (Carvalho, 2012).

Assim, questionados acerca das necessidades formativas relativas aos fundamentos profissionais do serviço social, a “supervisão” foi priorizada pela maioria dos/as inquiridos/as seguida de outras temáticas basilares da profissão, como os “conteúdos funcionais”, os “direitos humanos” e a “ética e deontologia profissional”, o que sublinha a capacidade dos/as profissionais em produzir conhecimento crítico e formas inovadoras de intervenção. Tendências formativas que podem, ainda, significar um certo desgaste face às condições de incerteza e risco que a sociedade enfrenta e a necessidade de suporte para resolver situações de *stress*

e *burnout* profissional.

No que se refere às preferências formativas relativas às diferentes áreas de intervenção social, os/as inquiridos/as demonstraram, sobretudo, interesse pelas áreas da “intervenção familiar”, “situação de crise”, “ação social”, “desenvolvimento social e comunitário”, “segurança social” e “infância e juventude”. Áreas diretamente relacionadas com a agudização dos problemas sociais e que visam prestar apoio social aos públicos e territórios socialmente mais vulneráveis, face à diminuição da proteção social em curso. Neste tópico é, ainda, de sublinhar o interesse, que embora minoritário, é crescente, por áreas de intervenção mais recentes como, por exemplo, a área das “sexualidades” e do “desporto, lazer e cultura” revelando a procura de alternativas às formas mais ‘tradicionais’ de intervenção.

Quanto à gestão de projetos e organizações, os/as inquiridos demonstraram interesse pelo “ciclo de vida dos programas e projetos sociais”, assim como pelas “estratégias participativas de intervenção” e pelas “práticas criativas”, buscando melhorar as suas competências, num quadro de redução das funções sociais do Estado e de reforço das funções das organizações da economia social, na promoção da cidadania e dos direitos sociais.

No que respeita à área das línguas estrangeiras e TIC, o interesse dos/as inquiridos/as recaiu, sobretudo, nas ações de formação em línguas, o que parece ser uma necessidade para enfrentar problemas não territorializados e exercer a promoção global da justiça social.

Por último, questionados sobre as motivações para a frequência de ações de formação, os/as inquiridos/as revelaram que a “reciclagem e/ou aperfeiçoamento profissional” era a motivação maioritária (43,2%), seguindo-se a necessidade de conhecimento acerca da “inovação profissional” (21,2%). Salienta-se, também, que 17,7% dos/as inquiridos/as manifestavam preocupação em colmatar necessidades relacionadas com a sua formação académico e/ou científica, derivada do seu envolvimento em estudos pós-graduados ou em atividades profissionais como a docência ou a investigação.

Em suma, o campo do conhecimento e de ação do serviço social é construído numa relação complementar entre teoria e prática mas contraditória entre “o querer e o poder, entre o necessário e o possível, entre o básico e o mínimo” (Carvalho, 2012, p. 24) e este processo tensional de (re)configuração da profissão, em confronto com a evolução da realidade social é mais premente e visível, nas necessidades formativas e nas preocupações críticas dos/as assistentes sociais portugueses/as, em tempos de austeridade.

Referências Bibliográficas

- Amaro, M. I. (2009). Identidades, incertezas e tarefas do serviço social contemporâneo. *Locus Social*, 2, 29-46.
- Bento, M. (2012). Serviço Social e políticas de provisão social: Cumplicidades e desafios em Portugal. *Intervenção Social*, 39, 11-28.
- Branco, F. (2009). A profissão de assistente social em Portugal. *Locus SOCI@L*, 3, 61 – 89.
- Carvalho, M., & Pinto, C. (2015). Desafios do serviço social na atualidade em Portugal. *Serviço Social & Sociedade*, 121, 66-94.
- Carvalho, M. (2012). *Serviço Social, Desafios do Passado e do Futuro – Manual de Serviço social para alunos*. Saarbrücken: Editorial Académica Española – OmniScriptum GmbH & Co KG.
- Carvalho, M. (2010). Serviço social em Portugal: Percurso cruzado entre a assistência e os direitos. *Serviço Social & Saúde*, IX(10), 147-164.
- Dominelli, L. (2004). *Social work – Theory and practice for a changing profession*. Cambridge: Polity Press.
- Duarte, F. (2015). A violação dos direitos sociais nos países do sul da Europa. *Intervenção Social*, 42-45, p. 25-41.
- Fernandes, M., Flambó, E., Matos, A., Melo, J., & Reis, Z. (2012). “Novos pobres” e o impacto económico, social e simbólico do RSI. In *VII Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-10). Porto.
- Iamamoto, Marilda (1996). O serviço social na contemporaneidade: Os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. In: A. Gil (Org.), *Metodologias e técnicas do serviço social* (7-17). Brasília: CNI/SESI.
- Lorenz, W. (2005). Social work and new social order – Challenging neo-liberalism’s erosion of solidarity. *Social Work & Society*, 3(1), 93-101.
- Midgley, J. (2001). Issues in international social work – Resolving critical debates in the profession. *Journal of Social Work*, 1(1), 21-35.
- Montaño, C. (1997). O serviço social frente ao neoliberalismo – Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social & Sociedade*, 53.
- Mouro, H. (2009). *Modernização do serviço social – Da sociedade industrial à sociedade do risco*. Coimbra: Almedina.
- Noble, C. (2004). Postmodern thinking: Where is it taking social work? *Journal of Social Work*, 4(3), 289-304.
- Pedroso, Paulo (2014). *Portugal and the global crisis: The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state*. Berlim: Friedrich-Ebert- Stiftung.
- Presidência do Conselho de Ministros (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*. Retirado de: http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.
- Ramalho, N. (2012). Processos de globalização e problemas emergentes: Implicações para o serviço social contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 345-368.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Tomás, C., & Lima, P. (2012, 03 de outubro). As 50 medidas de austeridade entre junho de 2011 e agosto deste ano. Expresso. Retirado de: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_maisausteridade/as-50-medidas-de-austeridade-entre-junho-de-2011-e-agosto-deste-ano=f757627.

Webb, S. (2003). Local orders and global chaos in social work. *European Journal of Social Work*, 6(2), 191-204.

Outras Fontes

Análise Informa D&B: https://www.informadb.pt/biblioteca/ficheiros/44_estudobarometroanual.pdf

Banco Alimentar Contra a Fome: <http://www.bancoalimentar.pt>

Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Paginas/inicio.aspx>

Eurostat: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Instituto Nacional de Estatística – INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

PORDATA: <http://www.pordata.pt>

Agradecimentos

Os autores deste artigo agradecem a colaboração prestada pela APSS e, muito especialmente, pelo grupo “Formação e Supervisão” na construção das perguntas do inquérito por questionário e divulgação do mesmo pelas suas bases de dados e canais de comunicação.